



PUBLISEGUR
corretores de seguros

RELATÓRIO E CONTAS **2013**

✓ **Relatório de Gestão**

✓ **Contas**

✓ **Anexo às Demonstrações Financeiras**

✓ **Certificação Legal das Contas**

Relatório de Gestão

Exercício de 2013





RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2013

Para dar cumprimento do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, a empresa **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.**, com o número de pessoa coletiva 505.100.436 com sede social no Largo de São João, Garden Shopping Center, loja 43, freguesia da Guarda (Guarda), concelho da Guarda, e com o capital social de 50.000,00€ (Cinquenta mil euros), com a atividade principal de corretagem de seguros vem por este meio apresentar o Relatório de Gestão e Contas do exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2013, os quais expressam a sua situação financeira e resultados obtidos.

1. Economia Nacional

As atuais projeções para a economia nacional apontam para uma recuperação moderada da atividade no período 2014-2015, após uma contração acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas.

A projeção, de acordo com fonte do Banco de Portugal, engloba um perfil de progressiva recuperação da procura interna. A evolução deste agregado ao longo do horizonte de projeção, em particular no que se refere ao consumo público e ao consumo privado, continuará, no entanto, a ser condicionada pelo processo de consolidação orçamental e de desalavancagem do setor privado, e pela manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho.

Importa referir que as exportações têm desempenhado um papel crucial no ajustamento da economia portuguesa, apesar do crescimento relativamente limitado da atividade económica mundial observado no período 2011-2013.



Em 2013, o emprego continuou a contrair-se, embora a menor ritmo que no ano anterior (-2,9%, face a -4,2% em 2012), apresentando um crescimento esperado de 0,5% em 2014 e 2015. Estes dados implicaram uma queda acumulada do emprego em cerca de 8% no período 2011-2015, com uma redução significativa do emprego público, mas também extensiva ao sector privado.

A conjuntura económica acima supra citada, continuou a condicionar o desempenho da atividade seguradora.

2. Análise do Sector

No terceiro trimestre de 2013 a produção de seguro direto, relativa à atividade em Portugal, das empresas de seguros sob a supervisão do ISP apresentou, em termos globais, um aumento de 23,8%, face ao período homólogo de 2012. Tal evolução foi explicada pelo comportamento do ramo Vida.

Os custos com sinistros globais verificaram uma quebra superior a 12% quando comparados com os nove primeiros meses de 2012, tendo sido, tal como a produção, fortemente influenciados pela variação do ramo Vida, embora os ramos Não Vida também tenham apresentado uma ligeira diminuição.

Em setembro de 2013 observou-se um ligeiro acréscimo do valor das carteiras de investimento das empresas de seguros de 0,3%, face aos montantes sob gestão no final de 2012, influenciado pela transferência da carteira de uma empresa.

O rácio de cobertura das provisões técnicas registou um decréscimo de 0,9 pontos percentuais face a dezembro de 2012.

O resultado líquido global apurado neste período atingiu o valor de 546 milhões de euros.

A taxa de cobertura da margem de solvência das empresas supervisionadas pelo ISP situou-se, em setembro de 2013, em cerca de 228%.

3. Evolução da atividade da empresa

No exercício de 2013 a Publisegur registou uma diminuição das prestações de serviços, passando de um valor global de comissões de 277.784€ em 2012 para 250.819€ em 2013.



O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos aumentou cerca de 20,24%, promovendo desta forma uma redução da margem bruta.

Rubricas	2013	2012	Variação	Variação %
Prestações de Serviços	252.627,35	277.783,81	-25.156,46	-9%
Fornecimentos e Serviços Externos	70.822,42	58.900,21	11.922,21	20%
Margem Bruta Sobre a Prestação de Serviços	181.804,93	58.900,21	58.900,21	
Margem Bruta Sobre a Prestação de Serviços (%)	72%	21%		

4. Análise Económica e Financeira da Empresa

No exercício de 2013 o resultado líquido foi positivo em 8.022,26€.

Com o crescimento do volume de negócios a empresa melhorou os Capitais Próprios e por conseguinte a sua Autonomia Financeira.

Rubrica	2013	2012	Variação	% Variação
Resultados Líquidos	9.555	19.920	-10.365	-52,03%
Capitais Próprios	78.934	69.379	9.555	13,77%
Total do Ativo	386.134	365.048	21.087	5,78%
Total do Passivo	307.201	295.669	11.532	3,90%
Autonomia Financeira	20,4%	19,0%		

5. Evolução Previsível da Atividade

Na esperança que não venham a ocorrer condicionalidades externas, tem a Publisegur razões para esperar um exercício de 2014 na linha de orientação do que tem vindo a apresentar, continuando a dedicar especial atenção à qualidade de serviços prestada aos clientes e na formação dos colaboradores.

6. Aplicação de Resultados

É proposto pela Gerência da Empresa que o resultado líquido do exercício de 2013, o qual se cifrou em 9.554,86 €, seja aplicado do seguinte modo:

- Resultados transitados: 9.554,86 €



7. Notas Finais

A gerência da Publisegur, acrescenta ainda uma palavra de agradecimento por toda a confiança manifestada pelos órgãos sociais, e pela cooperação de todos os colaboradores, clientes, instituições bancárias, fornecedores e das demais entidades que com ela se relacionaram.

8. Por fim, declara ainda que:

1. A empresa não é devedora quer ao Estado quer à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro e no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo).
2. Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.
3. Não existem quotas próprias detidas pela empresa.
4. A empresa dispõe de duas sucursais.
5. Não houve quaisquer autorizações concedidas nem se praticaram negócios entre a sociedade e a sua gerência.

Guarda, 27 de Fevereiro de 2014

A Gerência,



Contas

Exercício de 2013



Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2013





ANEXO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

1. Identificação da entidade:

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA., sediada no Largo de São João, Centro Comercial Garden, Loja 43, freguesia da Guarda, tem como objeto social a mediação de seguros (C.A.E. 66220-R3) e número de pessoa coletiva 505.100.436.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilístico, de acordo com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, tendo sido adotadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

2.2 *Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta da empresa. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.*

As demonstrações financeiras do exercício de 2013 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2012.





3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

b) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Tais ativos correspondem a carteiras de seguros adquiridas nos termos do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 144/2006 com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem influxos de caixa líquidos para a entidade. Anualmente são efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Fiscalmente e na sequência de despacho da Senhora Diretora de Serviços de IRC de 07/02/2012, foi autorizada a sua dedutibilidade.

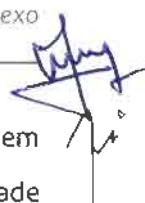
c) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzidos das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Fiscalmente, as depreciações estão enquadradas nas taxas máximas permitidas pelo Decreto Regulamentar nº 25/2009.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.





d) **Locação Financeira** – Encontra-se registado em Ativos Fixos Tangíveis um imóvel adquirido em exercícios anteriores com recurso a locação financeira, encontrando-se a dívida à Sociedade Financeira registada no Passivo, em Financiamentos obtidos, pelo respetivo custo de aquisição. Mensalmente, ao efetuar-se o pagamento das rendas, evidencia-se quer o montante do capital amortizado quer o juro.

e) **Acréscimos e Diferimentos** - A Empresa regista nestas rubricas, de acordo com o princípio do acréscimo, as despesas e as receitas imputáveis ao presente exercício que apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

f) **Rédito**

O rédito é proveniente das prestações de serviços e é integralmente referente à obtenção de comissões de seguros decorrentes da atividade exercida, sendo reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

g) **Impostos sobre o rendimento**

A estimativa de IRC é apurada de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta o previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

h) **Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras contas a receber

Os movimentos com clientes e outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.





Outras dívidas a terceiros e Sócios

As contas de outros terceiros e sócios encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro nominal são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos não correntes quando a empresa tem o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato. Nos restantes casos são contabilizados em passivos correntes.

Os financiamentos referem-se a empréstimo efetuado pelos sócios à empresa e dívida referente a contrato de locação financeira.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em depósitos bancários, imediatamente realizáveis.

i) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, ajudas de custo, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Gerência.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se



reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

j) Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF. Em cada Balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.2 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, designadamente quanto ao método de depreciação a utilizar, bem como para a estimativa de vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas Demonstrações Financeiras.





4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Rubrica	2013	2012
Caixa		
Depósitos à Ordem	43.125	52.191
Total	43.125 €	52.191 €

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto (método obrigatório), o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da empresa.

5. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedem a qualquer correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2012, de acordo com a NCRF 4.

6. Partes relacionadas

6.1 Remunerações do Pessoal Chave da Gestão

A gerência da sociedade não é remunerada.

6.2 Saldos com partes relacionadas:

Rubrica	Saldo em 31-12-2013	Nat.	Saldo em 31-12-2012	Nat.
26 - Sócios	5.078,03	Credor	5.078,03	Credor
25 - Financiamentos de Sócios	94.210,97	Credor	95.741,27	Credor
Total	99.289,00	Credor	100.819,30	Credor

7. Ativos intangíveis

7.1 Divulgações sobre ativos intangíveis

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Quantia escriturada de cada ativo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida e razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.



Tal como mencionado no ponto 3.1 b), a integralidade dos ativos intangíveis corresponde a carteiras de seguros adquiridas nos termos do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 144/2006, com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem fluxos de caixa líquidos para a entidade.

Em 31-12-2013 foram efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Tais testes consistiram na análise objetiva ao valor recuperável dos ativos subjacentes, subtraindo-se ao valor escriturado o montante proporcional de apólices canceladas.

b) Quantia bruta escriturada e qualquer imparidade acumulada no começo e fim do período:

Rubricas	Situação Inicial (31-12-2013)			Situação Final (31-12-2013)		
	Quantia Bruta	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Carteiras de Seguros	205.296,18 €	96.593,00 €	108.703,18 €	190.829,00 €	73.297,89 €	117.531,11 €
Total	205.296,18 €	96.593,00 €	108.703,18 €	190.829,00 €	73.297,89 €	117.531,11 €

c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Revalorizações	Alienações	Amortizações	Perdas de imparidade	Saldo Final
Carteiras de seguros	117.531 €	14.467 €	0 €	0 €	0 €	23.295 €	108.703 €
Total	117.531 €	14.467 €	0 €	0 €	0 €	23.295 €	108.703 €

7.3. Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

Foram adquiridas em 2009 e 2011 duas carteira de seguros pelos respetivos montantes de 140.000€ e 7.500€, as quais se encontram totalmente pagas. Em 2013 foi adquirida nova carteira paga em prestações que à data de 31-12-2013 estava totalmente liquidada.

8. Ativos fixos tangíveis

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.



Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, enquadrando-se nas taxas máximas constantes do Decreto Regulamentar n.º 25/2009:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	3 a 8

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada no início e no fim do período:

Rubricas	Situação Inicial (31-12-2013)			Situação Final (31-12-2012)		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	84.001 €	19.520 €	64.481 €	84.001 €	17.840 €	66.161 €
Equipamento básico	26.488 €	5.783 €	20.705 €	5.978 €	5.406 €	572 €
Equipamento de transporte	48.545 €	48.545 €	0 €	48.545 €	48.337 €	208 €
Equipamento administrativo	13.949 €	13.916 €	33 €	16.800 €	12.610 €	4.190 €
Investimentos em Curso	128.797 €		128.797 €	107.300 €		107.300 €
Total	301.779 €	87.764 €	214.015 €	262.623 €	84.193 €	178.430 €

c) *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:*

Rubricas	Quantia escriturada inicial (31-12-2012)	Adições	Revalorizações	Alienações/Abates	Depreciações	Perdas Imparidade	Saldo Final (31-12-2013)
Edifícios e outras construções	66.161 €				1.680 €		64.481 €
Equipamento básico	572 €	20.510 €			377 €		20.705 €
Equipamento de transporte	208 €				208 €		0 €
Equipamento administrativo	4.190 €			2.851 €	1.306 €		33 €
Investimentos em Curso	107.300 €	21.497 €			0 €		128.797 €
Total	178.430 €	42.007 €	0 €	2.851 €	3.571 €	0 €	214.015 €

8.2 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:

Em anos anteriores foram adquiridas com recurso a locação financeira as frações autónomas designadas pelas letras "TCA" e "UAC", ambas na 1ª Cave – Zona CA, loja 43 e 44, respetivamente, do prédio urbano sito no largo de São João, Blocos A, B, C, D (Centro Comercial Garden - Guarda) sendo portanto a sociedade locadora a legítima possuidora dos imóveis.

Em 2012 foi adquirida com recurso a locação financeira a fração autónoma UCB, referente a uma loja no rés-do-chão do prédio urbano sito no largo de São João, Blocos A, B, C, D (Centro Comercial

Garden - Guarda) sendo portanto a sociedade locadora a legítima possuidora dos imóveis. Esta loja está a ser alvo de obras até a utilização pela empresa.

9. Locações Financeiras

a) *Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:*

Designação do Bem	Activo Bruto	Amortização Exercício	Amortizações Exercícios Anteriores	Activo Líquido
Fracções TCA e UAC - lojas 43 e 44 - CC Garden (Guarda)	84.001	1.680	17.840	64.481
Fracção UCB - Lojas 21 - CC Garden (Guarda)	107.300			
TOTAL	191.301	1.680	17.840	64.481



b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente:

Estima-se que as diferenças entre o total dos futuros pagamentos mínimos das locações financeiras no final do período e os seus valores presentes não sejam consideráveis, atendendo à taxa efetiva praticada nestes financiamentos.

c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor nominal, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Valor data do balanço	Valor presente < 1 ano (2014)	Valor presente 1>5 < anos (2015-2019)	Valor presente > 5 anos (2019)
Contrato locação financeira BBVA nº 60094	29.229 €	5.845 €	23.383 €	
Contrato locação financeira CLF nº 60094	98.248 €	4.560 €	26.893 €	66.795 €
Total	127.477 €	10.405 €	50.276 €	66.795 €

Em 31 de Dezembro de 2013, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Passivo corrente (ano 2014): 10.405 €

Passivo não corrente (ano 2015 e seguintes): 117.071€

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela titularidade dos imóveis.

10. IMPARIDADE DE ACTIVOS

10.1 Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período:

No exercício de 2013 foram efetuados testes de imparidade aos ativos intangíveis resultantes das aquisições de carteiras de seguros relativamente às quais não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem fluxos de caixa líquidos para a entidade.

Rubricas	Depreciações e imparidades acumuladas			
	Saldo inicial (31-12-2012)	Reforço	Anulação	Saldo Final (31-12-2013)
Carteiras de Seguros	73.298 €	23.295 €	0 €	96.593 €
Total	73.298 €	23.295 €	0 €	96.593 €





10.2 Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual, ou para uma unidade geradora de caixa:

a) Acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento da perda por imparidade:

As perdas por imparidade reconhecidas resultam do teste anual efetuado à quantia recuperável dos ativos associados às carteiras de seguros adquiridas e com vidas úteis indefinidas.

O teste realizado assentou na determinação objetiva do valor de cada apólice (de cada carteira adquirida) cancelada no exercício de 2013.

11. RÉDITO

11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Rubricas	2013	2012	Variação	Variação %
Prestações de Serviços	252.627,35	277.783,81	-25.156,46	-9%

12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

12.1. Autorização para emissão:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 27 de Fevereiro de 2014.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

12.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço.

12.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

Não ocorrem acontecimentos após a data do balanço que tenham dado lugar a ajustamentos.



13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

13.1 Relacionamento entre gasto de impostos e lucro contabilístico:

Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Resultado contabilístico antes de impostos	11.299 €	31.097 €
Resultado tributável	11.299 €	31.097 €
Taxa de imposto (IRC)	25%	25%
Imposto estimado	847 €	7.769 €
Tributações autónomas	1.825 €	3.392 €
Derrama	57 €	16 €
Total de Imposto (IRC) do período	2.729 €	11.177 €
Taxa efectiva de imposto (IRC)	24%	36%

13.2 Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados:

- Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado;
- Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe e os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos de acordo com as diferenças temporárias que os geraram são os seguintes:



Rubricas	Activos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos	
	2013	2012	2013	2012
Operações no Balanço				
Benefícios Fiscais a Deduzir (CFEI)	984			
Total	984	0	0	0

Rubricas	Activos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos	
	2013	2012	2013	2012
Operações na DR				
Benefícios Fiscais a Deduzir (CFEI)	984	0		
Total	984	0	0	0

Os impostos diferidos apresentados resultam do benefício fiscal remanescente do CFEI apurado em 2013 mas a deduzir em princípio em 2014, o resultado está afetado positivamente em 984 euros em função do imposto diferido refletido a crédito da conta 8122.

Na sequência da aprovação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro – Reforma do CIRC, os impostos diferidos do quadro anterior foram reconhecidos e apresentados no balanço de 2013 considerando a taxa de IRC de 23%.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

Categorias de ativos e passivos financeiros:

14.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

14.2.1 Clientes/Fornecedores/sócios/outras contas a receber e a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de fornecedores/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:



Rubricas	Situação em 31/12/2013			Situação em 31/12/2012		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
Clientes	6.498 €	0 €	6.498 €	15.115 €	0 €	15.115 €
Outras contas a receber	7.425 €	0 €	7.425 €	0 €	0 €	0 €
Diferimentos	1.897 €	0 €	1.897 €	1.781 €	0 €	1.781 €
Total	15.821 €	0 €	15.821 €	16.896 €	0 €	16.896 €
Passivos						
Sócos	5.078 €		5.078 €	5.078 €	0 €	5.078 €
Outras contas a pagar	27.807 €		27.807 €	49.662 €	0 €	49.662 €
Total	32.885 €	0 €	32.885 €	54.740 €	0 €	54.740 €

14.2.2 Financiamentos obtidos

Modalidades de financiamento	Situação em 31/12/2013			Situação em 31/12/2012		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Empréstimos bancários	0 €	49.685 €	49.685 €			0 €
Financiamentos dos Sócios	1.530 €	92.681 €	94.211 €	1.635 €	94.106 €	95.741 €
Locações financeiras	10.497 €	116.979 €	127.477 €	10.405 €	127.569 €	137.974 €
Total	12.027 €	259.345 €	271.373 €	12.040 €	221.675 €	233.715 €

14.2.3 Instrumentos de Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, eram os seguintes os Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo:

Rubrica	31-12-2013	31-12-2012
Capital Próprio		
Capital social realizado	50.000,00	50.000,00
Total	50.000,00	50.000,00

14.3 Total de rendimento de juros e total de gasto de juros para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Rubricas	Situação em 31/12/2013			Situação em 31/12/2012		
	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença
Activos financeiros						
Depósitos Bancários	267 €		267 €			0 €
Total do activo	267 €	0 €	267 €	0 €	0 €	0 €
Passivos financeiros						
Financiamentos Obtidos		9.150 €	-9.150 €		7.236 €	-7.236 €
Total do Passivo	267 €	9.150 €	-8.615 €	0 €	7.236 €	-7.236 €

14.4 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social no montante de 50.000 euros encontra-se integralmente realizado.

14.5 Número de ações/quotas representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal.

O capital social encontra-se dividido em duas quotas de valor nominal de 25.000 euros/ cada.

14.6 Reconciliação, para cada classe de ações/quotas, entre o número de ações/quotas em circulação no início e no fim do período.

O número de quotas no início e final do período não teve qualquer alteração.

14.7 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão.

No exercício de 2013 não houve qualquer aumento de capital social.

15. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:



Gastos com Pessoal	31-12-2013	31-12-2012
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do Pessoal	116.514 €	133.255 €
Encargos sobre remunerações	15.071 €	15.797 €
Seguros de acidentes de trabalho	245 €	327 €
Outros gastos com o Pessoal	200 €	8.017 €
Total	132.030 €	157.397 €

O número médio de funcionários durante o período foi de 9 (12 no ano anterior).

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo de empregados e bem assim benefícios atribuídos a título de cessação de emprego.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

16.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2013			Situação em 31/12/2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Imposto sobre o rendimento	3.486 €	0 €	3.486 €	0 €	0 €	0 €
Total do activo	3.486 €	0 €	3.486 €	0 €	0 €	0 €
Passivos						
Imposto sobre o rendimento		0 €	0 €	5.056 €	0 €	5.056 €
Retenção de impostos s/ rendimento	553 €	0 €	553 €	216 €	0 €	216 €
Contribuições p/ Segurança Social	2.377 €	0 €	2.377 €	1.942 €	0 €	1.942 €
Outros impostos	12 €	0 €	12 €	0 €	0 €	0 €
Total do passivo	2.943 €	0 €	2.943 €	7.214 €	0 €	7.214 €

16.2 – Outros gastos e perdas / Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas da demonstração de resultados Outros gastos e perdas e Outros rendimentos e ganhos e apresentavam a seguinte decomposição:





Rubricas	31-12-2013	31-12-2012
Outros gastos e perdas		
Impostos	3.191 €	2.058 €
Donativos	1.572 €	971 €
Quotizações	2.400 €	3.609 €
Outros não especificados	140 €	
Total	7.302 €	6.637 €
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	35 €	
Outros não especificados	1.510 €	8.135 €
Total	1.545 €	8.135 €

16.3 – Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas da demonstração de resultados Fornecimentos e Serviços Externos apresentavam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-12-2013	31-12-2012
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	5.970,01	5.200,70
Publicidade e Propaganda	2.237,49	3.643,82
Vigilância e Segurança	0,00	0,00
Honorários	2.161,10	1.476,00
Comissões	0,00	0,00
Conservação e Reparação	5.408,71	2.736,40
Outros	0,00	0,00
Materials		
Ferramentas e ut. desg. rápido	1.599,13	2.105,89
Material de escritório	5.141,91	5.008,62
Artigos para oferta	102,50	0,00
Energia e Fluidos		
Electricidade	3.554,28	3.438,73
Combustíveis	8.028,64	6.923,39
Água	246,11	200,72
Outros	0,00	0,00
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	6.338,62	6.536,54
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	8.765,37	6.164,95
Comunicação	7.772,01	6.866,10
Seguros	4.068,37	4.007,02
Contencioso e notariado	0,00	687,50
Limpeza, higiene e conforto	1.432,59	500,30
Outros Serviços	7.995,58	3.403,53
Total	70.822,42	58.900,21



16.4 – Honorários

Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão Legal de Contas ascendem a 1.000 euros, acrescidos de IVA à taxa geral, não tendo sido faturados quaisquer outros serviços pela SROC, no ano de 2013. Em 31-12-2013 o montante em dívida era de 600€.

17. RELATO FINANCEIRO DOS MEDIADORES DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

17.1 – Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações.

A Publisegur reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece o rendimento pelo justo valor das quantias recebidas ou a receber proveniente das comissões das seguradoras.

17.2 – Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo.

Por Natureza	Remunerações	
	2013	2012
Numerário/Cheque/Transferência	246.129,48 €	262.669,13 €
Remunerações a receber	6.497,87 €	15.114,68 €
TOTAL PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	252.627,35 €	277.783,81 €
Rendimentos em Espécie (Incentivos Comerciais)	0,00 €	0,00 €
Total	252.627,35 €	277.783,81 €

Por Tipo	Remunerações	
	2013	2012
Comissões	252.627,35 €	277.783,81 €
Honorários	0,00 €	0,00 €
Rendimentos em Espécie (Incentivos Comerciais)	0,00 €	0,00 €
TOTAL	252.627,35 €	277.783,81 €

17.3 – Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo “Vida”, Fundos de Pensões e conjunto dos ramos “Não Vida”, e por origem.

Por entidade	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramos Não Vida		Fundos de Pensões	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Empresas de Seguros	14.326,99 €	9.807,43 €	238.300,36 €	267.976,38 €	0,00 €	0,00 €
Outros Mediadores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Clientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	14.326,99 €	9.807,43 €	238.300,36 €	267.976,38 €	0,00 €	0,00 €



17.4 – Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira.

Por entidade	Remunerações	
	2013	2012
Empresas de Seguros	100%	100%
Outros Mediadores	0%	0%
Clientes	0%	0%
TOTAL	100%	100%

17.5 – Valores das contas “clientes” no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros;

Em 31-12-2013 e 31-12-2012 os saldos da conta “clientes” eram os seguintes:

	31-12-2013	31-12-2012
Conta Clientes	6.497,87 €	15.114,68 €

O saldo da conta “clientes” está refletido contabilisticamente, é integralmente referente a Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros.

17.6 – Contas a receber e a pagar desagregadas por origem.

Por entidade	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2013	2012	2013	2012
Tomadores de seguro, segurados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Empresas de seguros	6.497,87 €	15.114,68 €	1.532,68 €	1.207,48 €
Empresas de Resseguros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros mediadores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Clientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	6.497,87 €	15.114,68 €	1.532,68 €	1.207,48 €



17.7 – Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar.

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2013	2012	2013	2012
Fundos recebidos com vista				
serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)	6.497,87 €	15.114,68 €	1.532,68 €	1.207,40 €
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras quantias:	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferimentos	1.897,22 €	1.781,09 €	0,00 €	0,00 €
Remunerações a liquidar	0,00 €	0,00 €	8.432,24 €	12.398,00 €
Aquisição de carteira de seguros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.270,00 €
Outros não relacionados com seguros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.953,00 €
Acréscimo de gastos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	8.395,09 €	16.895,77 €	9.964,92 €	21.828,40 €

O saldo da conta “clientes” mencionado na nota 17.5, é integralmente referente a Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros.

17.8 – Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final de exercício).

Contas a receber	Até 8 dias		Até 15 dias		Até 30 dias	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Sem imparidade	0,00 €	0,00 €	6.497,87 €	15.114,68 €	0,00 €	0,00 €
Com imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	0,00 €	6.497,87 €	15.114,68 €	0,00 €	0,00 €

O saldo das contas a receber e a pagar encontra-se divulgado na nota 14.2.1 não tendo sido registadas imparidades, tal como divulgado nessa nota.





17.9 – Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito.

Garantias (caução)/ aumentos de crédito	Valor	
	2013	2012
	16.803,00 €	16.803,00 €

17.10 – Transmissões de carteiras de seguros.

Carteira de Seguros			
Transmissões recebidas		Transmissões efectuada	
2013	2012	2013	2012
14.467,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

17.11 – Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela.

Contratos de mediação de seguros cessados	Indemnizações de clientela	
	2013	2012
	0,00 €	0,00 €

17.12 – Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes.

Obrigações materiais	Obrigações materiais	
	2013	2012
	0,00 €	0,00 €



17.13 – Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações.

Cód. ISP	Segurador	Vida	Não Vida	Total
1001	Açoreana Seguros, S.A.	1.524,68 €	99.145,86 €	100.670,54 €
1011	Fidelidade Mundial S.A.	799,39 €	25.190,25 €	25.989,64 €
1010	Liberty, S.A.	1.602,49 €	82.140,43 €	83.742,92 €
1014	Império Bonança, S.A.	94,94 €	15.784,38 €	15.879,32 €

17.14 – Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome.

Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros em relação aos quais o corretor não tem poderes de cobrança	Valor total dos fundos	
	2013	2012
	0,00 €	0,00 €

17.15 – Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe foram outorgados poderes de cobrança.

Transferência de valores (prémios) para entrega aos resseguradores em relação aos quais o mediador de resseguros não tem poderes de cobrança	Valor dos fundos	
	2013	2012
	0,00 €	0,00 €

17.16 – Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas.

Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas	Valor total dos fundos	
	2013	2012
	0,00 €	0,00 €



17.17 – Apresenta-se em seguida o valor das remunerações auferidas por segurador e segregadas entre os ramos Vida e Não Vida, no exercício de 2013.

Cód. ISP	Segurador	Vida	Não Vida	Total
1129	Axa Portugal, S.A.	0,00 €	4.283,38 €	4.283,38 €
1039	Axa Vida, S.A.	125,67 €	0,00 €	125,67 €
1001	Açoreana Seguros, S.A.	1.524,68 €	99.145,86 €	100.670,54 €
1028	Allianz Portugal, S.A.	0,00 €	282,90 €	282,90 €
1011	Fidelidade Mundial S.A.	799,39 €	25.190,25 €	25.989,64 €
1043	Assicurazione Generali, S.A.	0,00 €	4.230,45 €	4.230,45 €
1021	Assicurazione Generali Vida, S.A.	2.313,10 €	0,00 €	2.313,10 €
1010	Liberty, S.A.	1.602,49 €	82.140,43 €	83.742,92 €
1026	Lusitânia, S.A.	0,00 €	2.096,83 €	2.096,83 €
1025	Lusitânia Vida, S.A.	584,70 €	0,00 €	584,70 €
1096	Victória Seguros, S.A.	44,88 €	0,00 €	44,88 €
1160	Victória Seguros, S.A.	0,00 €	109,96 €	109,96 €
1184	Zurich, S.A.	0,00 €	721,11 €	721,11 €
1132	Zurich Vida, S.A.	3,25 €	0,00 €	3,25 €
1037	Tranquilidade, S.A.	0,00 €	4.206,57 €	4.206,57 €
1014	Império Bonança, S.A.	94,94 €	15.784,38 €	15.879,32 €
1029	Real Vida, S.A.	95,77 €	0,00 €	95,77 €
1145	Mapfre Seguros, S.A.	0,00 €	8,00 €	8,00 €
1117	Europ Assistance, S.A.	0,00 €	79,90 €	79,90 €
9999	Comissão	7.138,12 €	20,34 €	7.158,46 €
Total		14.326,09 €	238.300,36 €	252.627,35 €

Guarda, 27 de Fevereiro de 2014

O Técnico Oficial de Contas,

Jorge Manuel Morgado Bico
(T.O.C. nº 4557)

A Gerência,

José António Monteiro Costa



Certificação Legal das Contas

Exercício de 2013





MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 386.134 euros e um total de capital próprio de 78.934 euros, incluindo um resultado líquido de 9.555 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81-2º
6300-668 Guarda
Tel: 271 227 303 * Fax: 271 227 304
Email: v.roc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 176 COIMBRA
Tel: 239 621777 * Fax: 239 641027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Delegação Viseu
Av. Alberto Sampaio, n.º 65 – 1.º Pos/Esq
3510 - 030 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: cff.consultores@mail.telepac.pt



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.** em 31 de Dezembro de 2013 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Guarda, 05 de Março de 2014

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, S.R.O.C, S.A.
representada por:



Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81-2º
6300-668 Guarda
Tel: 271 227 303 * Fax: 271 227 304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Delegação Viseu
Av. Alberto Sampaio, n.º 65 – 1.º Post/Esq.
3510 – 030 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: off.consultores@mail.telepac.pt